

DISCUTINDO O CONCEITO ANTROPOLÓGICO DE CULTURA NA SALA DE AULA NO ENSINO MÉDIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA¹

Eliana Barretto de Menezes Lopes – IFBA/Brasil

Palavras-chave: Cultura; Antropologia; Sociologia

1. Introdução

O ensino obrigatório de Sociologia e Filosofia no ensino médio resultou de uma longa e árdua luta. A Lei 11.684, de 2008, que o garantiu, não eliminou as disputas em torno de sua efetivação, fosse com relação à carga horária, fosse com certas concessões na composição do corpo docente competente a ministrar esses componentes.

Em relação a esses aspectos, em se tratando da Sociologia nos institutos federais², especificamente, verificaram-se, na sua implementação obrigatória no sistema de ensino, e ainda na atualidade, tanto discrepâncias na carga horária – ora destinando tão somente uma aula nas distintas séries do ensino médio, ora duas aulas – como a contratação de profissionais de áreas afins para ministrar esse conteúdo³.

Não sem lutas e enfrentamentos, a Sociologia tem, contudo, se legitimado política e cientificamente como importante conteúdo formativo na educação básica, transpondo-se as lutas históricas também para outros campos, como a própria questão do material didático. Em que pese o objetivo desse texto não propor uma análise dos livros didáticos abrangidos pelo Programa Nacional do Livro Didático, é inegável que a definição sobre *o quê* utilizar em sala de aula com os estudantes, e *como* utilizar esse material, pressupõe priorizar determinadas visões de mundo, ao focar determinados aspectos da realidade social e suas relações.

Nesse sentido, verifica-se que há um predomínio dos conteúdos de Sociologia na educação tecnológica e profissional, ainda que enfoques e temas da Ciência Política e

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 30 de setembro de 2022.

² Criados no ano de 2008, por meio da Lei 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

³ Como exemplo, podemos mencionar o Colégio Militar de Belo Horizonte, que integra a Rede Federal, acima mencionada, e que apresenta uma aula em cada ano do ensino médio. No IFBA, campus de Vitória da Conquista, onde o ensino integrado prevê 4 anos de formação, nas séries inicial e final estão previstas apenas uma aula em cada, com duas aulas nas séries intermediárias. Em alguns institutos federais do estado de Minas Gerais, o componente de Sociologia pode ser ministrado por docentes com outra formação.

Antropologia também estejam presentes, como orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)⁴. O conceito de cultura, categoria central no pensamento Antropológico, e com diferentes abordagens conforme a Escola Antropológica em questão, dada a sua relevância para as discussões contemporâneas relacionadas à indústria cultural, ideologia ou mesmo a noções de cultura política, muitas vezes é apresentado de forma genérica, minimizando as tensões e embates constitutivos do campo antropológico⁵.

Dessa forma, selecionar determinados temas, situações, grupos sociais e/ou abordagens como conteúdo a ser trabalhado em sala de aula, como já mencionado, implica em assumir uma posição explicitamente ligada às questões da atualidade, como as dos povos indígenas, e mesmo a ascensão da extrema-direita, baseada, esta, também nos referências do determinismo biológico.

A situação da pandemia, decretada pela Organização Mundial da Saúde, no início de 2020, trouxe desafios inimagináveis para o ambiente educacional. No Brasil, além das desigualdades históricas, o agravamento da destruição das florestas, a poluição de mares e rios, os processos de mineração em terras indígenas, as práticas racistas e a intolerância religiosa, neste caso principalmente voltada a crenças vinculadas à matriz afro, ligados esses fatos à legitimidade presidencial em sua efetivação, trouxe e continua a trazer a necessidade de processos educacionais que assumam a situação de emergência face à situação catastrófica que estamos a vivenciar.

Com a autorização da retomada do ensino no formato remoto, eu, professora efetiva na rede federal na área de Sociologia, e com formação específica nessa área, vi-me na condição de repensar a prática docente e problematizar questões que estavam a acontecer cotidianamente e que demandavam um olhar crítico não mais prioritariamente referenciado em conteúdos sociológicos, mas também, e talvez prioritariamente, a partir de um viés antropológico, para uma mirada não apenas no passado, mas a partir dele construir formas de observação qualificadas para o presente, e como subsídio para uma crítica decolonial à modernidade.

⁴ Os Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecem orientações para o ensino das Ciências Sociais, mas o seu sentido principal, como se depreende de sua leitura, destaca os conteúdos sociológicos. No caso da discussão sobre o tema da Cultura e debates afins, isso fica bastante explícito (BRASIL, 1997, p.39-40;43).

⁵ Por exemplo, com relação a teorias evolucionistas ou relativistas. No primeiro caso, a relação com o pensamento e práticas eugênicas, racistas, neonazistas e afins e, no segundo, com relação a tolerância religiosa ou respeito a variadas formas de diversidade cultural.

Esse relato de experiência, portanto, busca contribuir no sentido de descrever, e ao mesmo tempo problematizar, como foram (no ano de 2021) e têm sido (no decorrer do ano de 2022) trabalhados conceitos, conteúdos e processos sociais, tendo como base o livro “Cultura: um conceito antropológico”, de autoria do antropólogo Roque de Barros Laraia (1986), em algumas turmas do ensino técnico integrado.

2. A proposta: premissas e contexto

No campus do Instituto Federal da Bahia (IFBA) onde trabalho, localizado em Vitória da Conquista, as disciplinas de Sociologia e Filosofia possuem somente uma aula de 50 minutos no primeiro e quarto anos dos cursos técnicos integrados, e duas aulas, de 50 minutos cada, no segundo e terceiro anos desses mesmos cursos.

Enquanto no primeiro ano a proposta é apresentar, de forma genérica e pontual, o contexto de formação de Sociologia, realizar a apresentação dos clássicos, e algumas temáticas correlatas, no ano subsequente o objetivo é, de forma geral, desenvolver o tema da Cultura. Como já apresentado na parte inicial deste texto, há muitas possibilidades de se trabalhar essa temática, e cada docente, a partir de sua visão de mundo, sua formação teórico-metodológica e referências políticas, adapta a temática à sua proposta.

Após certo tempo de magistério em sala de aula, houve um entendimento, de minha parte, da relevância de se trabalhar a questão indígena em sala de aula, para além de uma eventual aula sobre o tema. Como se sabe, desde 2008 foi promulgada legislação específica que torna obrigatórios os conteúdos de cultura afro-brasileira e indígenas nas escolas que ofertam os níveis de ensino fundamental e médio⁶. Uma breve conversa prévia com estudantes de duas turmas do segundo ano do ensino técnico integrado em Eletrônica, nos dois anos da experiência aqui abordada, revelou que o conteúdo da cultura afro-brasileira tinha sido de fato ministrado, ao menos para a maior parte dos estudantes, no nível do ensino fundamental, porém, o mesmo não se afirmava com relação aos povos indígenas, identificando-se uma lacuna. Nesse sentido, optei por trabalhar com o livro “Cultura: um conceito antropológico” por entender que ele traria subsídios para compreender e identificar processos sociais atuais de extermínio e opressão, originados quando da chegada dos europeus na América, bem como possibilitaria relacionar esses

⁶ Lei 11.645, promulgada em 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm Acesso em: 15 de agosto de 2022.

assuntos às abordagens contemporâneas, como os estudos culturais, pós-coloniais e decoloniais -, e sem desconsiderar a relação com a sociedade envolvente – a indústria cultural e as relações estruturais de exploração econômica, configurando as três unidades de ensino abarcadas pelo ano letivo.

O objetivo deste relato está em abordar a forma de se trabalhar o conteúdo do livro supracitado. A experiência em sala foi fundamentada na metodologia problematizadora e na premissa de que a realidade é uma construção social, a partir de uma “(...) abordagem pedagógica crítica que concebe a educação como prática social voltada para a crítica e a transformação social da realidade.” (CORRÊA et al, 2011, p.85).

Dois momentos estruturam a organização didático-pedagógica do conteúdo. No primeiro momento, cópias integrais do livro foram disponibilizadas aos estudantes⁷, e optamos por trabalhar, inicialmente, toda a primeira parte, denominada “Da natureza da cultura ou da natureza à cultura”, cujo conjunto de capítulos tem um sentido conceitual, histórico e teórico. A primeira parte foi a base para os trabalhos-seminários que foram apresentados pelos grupos. Em momento posterior, a segunda parte do livro foi debatida, ampliando-se o debate para o contexto atual – por exemplo, a questão do sincretismo religioso -, e relacionando com os conteúdos posteriores. Essas etapas são detalhadas a seguir.

3. Descrição dos procedimentos: dificuldades, procedimentos metodológicos e resultados

Alguns esclarecimentos iniciais se fazem necessários e antecedem o relato da problematização do conteúdo nas salas de aula.

Um ponto a ser considerado é o vocabulário. Foi esclarecido aos estudantes que alguns termos utilizados no livro estão em desuso, e que a ausência de uma nova edição – já que o livro conta com inúmeras reimpressões da mesma edição – explicava essa situação. Esse momento inicial foi importante para mostrar, em um livro, onde está registrada a data original de publicação e importância da ficha catalográfica como base

⁷ É importante mencionar que o livro se encontra digitalizado e disponível para download em site da Universidade de São Paulo. A cópia impressa, distribuída aos alunos, foi obtida a partir da impressão da versão digitalizada disponível em: https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/5773096/mod_resource/content/1/LaraiaR_CulturaUmConceitoAntropologico.pdf Acesso em: 25 agosto 2022. Há, contudo, alguns erros de digitação, que foram corrigidos a partir do cotejamento com a versão impressa (LARAIA, 1986).

para indicação bibliográfica. Também foram mostradas as notas de rodapé, os motivos pelos quais elas existem, e como consultá-las.

Em se tratando dos termos textuais problematizados, foi explicado que a palavra “índios”, utilizada em todo o texto, deveria ser substituída por indígenas, e o motivo pelo qual essa substituição era recomendada. Aproveitamos esse momento para problematizar, também, o uso da palavra “escravos”, a ser substituída por escravizados, assim como usos do termo “tribo”. Essas situações foram relevantes para destacar que a língua passa por mudanças, pois é um produto da vida social, ao mesmo tempo em que a produz. Foi uma oportunidade para esclarecimentos e ficou explicitado como essas questões constituíam um repertório desconhecido pelos estudantes.

Outra questão vinculada ao vocabulário foi, em vários momentos, uma dificuldade percebida, por parte dos alunos, para a compreensão das ideias do autor. Tenho por hipótese que esse fato tenha se dado tanto pelos anos de ensino remoto da pandemia como pela utilização massiva das redes sociais e vídeos como processos formativos, muitas vezes substituindo um tipo de leitura que deve ocorrer de forma sustentada. Em diversos momentos da apresentação e discussão da aula trechos do livro foram lidos em sala de aula. Para além da explicação das ideias trazidas pelo autor, era necessário também esclarecer o vocabulário e orientá-los para a necessidade, nem sempre ocasional, de efetivar a leitura mais de uma vez para que a compreensão do texto fosse possível, inclusive esclarecendo de que a ocorrência dessa situação não é, por si, problemática.

A exposição dialogada da primeira parte do livro, em sala de aula, ocorreu no decorrer de aproximadamente oito semanas (16 aulas), com o seguinte percurso: 1) discussão sobre os capítulos 1 (Determinismo biológico) e 2 (Determinismo geográfico), enfocando questões étnico-raciais também dos pretos e pardos, para além da dos indígenas, assim como a problematização das visões baseadas no determinismo biológico para justificar lugares sociais determinados às mulheres; 2) Os capítulos 3 (Antecedentes históricos do conceito de cultura) e 4 (O desenvolvimento do conceito de cultura) possibilitaram a contextualização do debate original na construção do conceito de cultura, e suas disputas, na Europa, e suas conexões com o presente. Assim, o conceito de civilização/civilizado foi relacionado e problematizado com falas proferidas em distintos momentos pelo presidente da República Jair Bolsonaro, e divulgadas amplamente pela mídia, como por exemplo “Cada vez mais, o índio é um ser humano como nós⁸”. Os

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml> Acesso em: 24 agosto 2022.

sentidos do conceito, o contexto de seus usos, e as implicações de certos significados para a elaboração e/ou adoção de determinadas políticas no âmbito do Estado, foram questões abordadas em sala de aula, assim como referências ao conceito de etnocentrismo, conceito problematizado no livro.

Nessa fase, quando estávamos a expor e debater a teoria evolucionista e suas premissas, bem como as reações a essa visão, com o debate proposto pelo relativismo cultural, passamos o filme “Xingu”, que relata a criação do parque que recebeu o mesmo nome, assim como trouxemos uma entrevista, feita com o escritor Daniel Munduruku, criticando o Dia do Índio – comemorado em 21 de abril - e sugerindo sua mudança para o Dia da Diversidade Indígena⁹. O conteúdo do capítulo 5 (Ideia sobre a origem da cultura) possibilitou explicitar a importância dos estudos da paleontologia e da arqueologia, dentre outros conhecimentos científicos, para a compreensão da história evolutiva dos homínidos. Optamos por não trabalhar o capítulo 6 (Teorias modernas sobre cultura), contextualizando esse assunto em momento posterior, a partir da temática do pós-colonialismo e da colonialidade do poder¹⁰.

Antes de finalizada essa primeira parte, orientamos os alunos para a elaboração dos trabalhos da Unidade, que deveriam ser apresentados em formato de seminário para toda a turma. Propusemos três temas, sendo que cada um deles seria objeto de pesquisa de dois grupos. A apresentação oral deveria ocorrer em torno de aproximadamente 30 minutos, solicitando-se também a entrega de uma produção textual, que consistiria em uma síntese dos procedimentos metodológicos adotados pelo grupo para a construção da pesquisa feita pelo coletivo de, no máximo, cinco páginas, com as devidas referências utilizadas mencionadas ao final do texto.

Os temas selecionados foram: 1) Educação escolar indígena e saúde; 2) Arte indígena (música, cinema, literatura e afins); 3) Demarcação de terras indígenas.

Na orientação para a elaboração dos trabalhos, alguns sites de organizações foram, com o uso do computador e internet, selecionados e explorados em sala de aula, e relacionados às temáticas, como, por exemplo: *site* do Conselho Indigenista Missionário¹¹

⁹ Intitulada “Dia do Índio é data ‘folclórica’ e ‘preconceituosa, diz escritor indígena Daniel Munduruku”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47971962>. Acesso em: 21 abril 2022.

¹⁰ Quijano (2005).

¹¹ É um órgão vinculado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e realiza importante trabalho com os povos indígenas, inclusive com a elaboração e publicação de vários documentos como, por exemplo, o Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil, com os dados mais recentes de 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/>. Acesso em: 15 agosto de 2022.

(Cimi); *site* do Instituto Socioambiental¹² (ISA); *site* da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil¹³ (Apib); *site* da Pinacoteca¹⁴; *site* da Bienal Internacional de Arte de São Paulo¹⁵.

Essas informações e referências foram compartilhadas com os estudantes de modo a possibilitar-lhes um panorama sobre a diversidade dos povos indígenas, principalmente no Brasil, que tanto podem viver ainda isolados, como alguns deles que residem em regiões da Amazônia, e constantemente ameaçados em sua cultura e território, como também compartilhar o entendimento de que indígenas podem usar telefones celulares, constituírem bandas de rap, concluírem cursos de graduação, estarem na vida política e, ainda assim, continuarem com a identidade indígena, pois a sua cultura permanece.

Os trabalhos foram apresentados e entregues, alguns com resultados de pesquisa mais consistentes, outros menos, mas houve participação e empenho de todos os grupos. Perguntei a eles sobre como entendiam os conhecimentos construídos a partir dessa temática e a grande maioria expressou ter acessado um mundo relativamente desconhecido e, ao mesmo tempo, importante e interessante de ser visto¹⁶.

Tanto eu, professora responsável pelo componente, como os alunos, consideraram a primeira parte do livro “Cultura: um conceito antropológico”, mais difícil quando comparada à segunda. Nesta, a proposta é, de acordo com o autor, operacionalizar o conceito de cultura, ou seja, utilizá-lo como uma ferramenta, daí ter sido intitulado esse segundo momento de “Como opera a cultura” (LARAIA, 1986) constituído de cinco breves capítulos.

¹² Organização não governamental que atua junto a quilombolas, indígenas, extrativistas e que possui importante atuação na conservação ambiental. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/>. Acesso em: 16 agosto 2022.

¹³ Organização que promove a articulação dos povos indígenas no Brasil, com atuação destacada na luta pelos direitos aos povos originários. Disponível em: <https://apiboficial.org/>. Acesso em: 16 agosto 2022.

¹⁴ Museu localizado na cidade de São Paulo e que promoveu entre outubro de 2020 e março de 2021 exposição voltada à produção indígena contemporânea denominada “Véxoa: nós sabemos”. Disponível em: <https://pinacoteca.org.br/programacao/exposicoes/vexoa-nos-sabemos/>. Acesso em: 24 agosto 2022.

¹⁵ A 34ª Bienal, realizada em 2021, expôs importantes e variadas obras de artistas indígenas, dentre eles, Jaider Esbell, falecido recentemente. Disponível em: <http://www.bienal.org.br/exposicoes/34bienal>. Acesso em: 24 agosto 2022.

¹⁶ Pouco tempo depois da apresentação dos trabalhos da unidade, neste ano de 2022, segundo ano da execução da proposta, com algumas adaptações, em relação à primeira vez, ocorreu o desaparecimento, na região do Vale do Javari, do jornalista inglês Dom Philipps e do indigenista Bruno Pereira, o que motivou uma conversa em sala sobre a situação, além da recomendação de leitura de artigo escrito pela jornalista Eliane Brum, disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2022/06/17/com-a-tragedia-de-dom-philipps-e-bruno-pereira-um-limite-foi-ultrapassado-na-amazonia-a-nos-que-estamos-vivos-so-cabe-a-luta-por-eliane-brum/>. Acesso em: 24 agosto 2022.

Para essa etapa, foram necessárias 4 aulas para a exposição dialogada do conteúdo exposto, abordando como: a cultura condiciona a visão de mundo (capítulo 1); as suas relações com a dimensão biológica dos seres humanos (capítulo 2), onde pontuamos sobre as manifestações psicossomáticas que ocorrem na contemporaneidade; a participação diferenciada dos indivíduos na cultura (capítulo 3), trazendo à tona o processo eleitoral; o fato de que cada cultura deve ser entendida a partir de seu próprio sistema cultural (capítulo 4), trabalhando com exemplos que o capítulo expõe sobre distintas formas de concepção, reprodução e parentesco, contrapondo, aos processos reprodutivos em sua dimensão biológica, a própria ciência como uma construção social; a cultura como processo dinâmico, relacionada às mudanças sociais (capítulo 5), onde, a partir da abordagem do contato entre culturas diferentes, propusemos uma atividade de pesquisa sobre sincretismo religioso e pluralidade religiosa¹⁷, onde os resultados obtidos pelos estudantes foram posteriormente expostos e debatidos em outras duas aulas, concluindo a leitura e discussão do livro “Cultura: um conceito antropológico”.

O relato aqui compartilhado expressa uma possibilidade de se trabalhar o livro, e o conteúdo que ele traz, tanto seguindo em grande medida a proposta do autor, como complementando com materiais e realidades do nosso tempo. Outras podem ser construídas e viáveis também.

Na situação que propusemos, predominaram preocupações e estratégias voltadas à: 1) importância da leitura e da construção de repertórios; 2) construção de uma visão da Antropologia, por parte dos estudantes, menos focadas nas Escolas ou linhas antropológicas e mais em certa maneira de olhar e refletir sobre as sociedades humanas, principalmente no que tange às suas diferenças; 3) utilização de outros materiais e referências, como filmes, *sites* da internet, mostras artísticas contemporâneas, dentre outros recursos didático-pedagógicos.

4. Considerações finais

A infraestrutura disponibilizada pelo instituto e campus onde trabalho (IFBA – campus Vitória da Conquista), foi fundamental para o desenvolvimento desta proposta,

¹⁷ Optamos por esse enfoque de modo a trabalhar as formas de contato entre culturas diferentes que se deram de forma violenta, como foi o caso dos europeus quando de sua chegada a América, vinculando o último capítulo do livro com uma questão extremamente atual e presente na mídia. Estabelecendo pontos de contato com o colonialismo, o catolicismo tornou-se a religião normativa, com as religiões de matriz afro adotando estratégias sincréticas para sua sobrevivência (FERRETTI, 1988).

desde o fornecimento de acesso impresso ao material para os alunos, como a disponibilização de Datashow e internet, criando as condições para o uso de outros recursos didáticos, como filmes e pesquisas em sites.

Também cabe mencionar que a leitura cuidadosa de um material mais extenso, ainda que sintético, só foi possível porque na segunda série do ensino técnico integrado a carga horária para a disciplina de Sociologia é de duas aulas semanais. Fosse uma aula, como ocorre nas séries inicial e final desse nível, isso não seria possível.

Em todo o processo de ensino-aprendizagem há intercorrências, e a questão atencional dos estudantes, principalmente após dois anos de ensino remoto, não é uma questão de menor importância, principalmente quando a leitura não é um hábito assimilado por estudantes de tão variadas origens e trajetórias socioeconômicas e sociais. Nesse sentido, a leitura de trechos do texto em sala de aula, o trabalho com o vocabulário, e a repetição de conceitos – como, por exemplo, o de etnocentrismo – foram, e são, essenciais para que ao menos uma parte do conteúdo pudesse e possa ser relacionado e assimilado às experiências dos estudantes.

Possibilitar que as lutas indígenas tenham lugar na sala de aula demanda um estranhamento que também pode ser nosso, do professorado, em nossas práticas cotidianas e referências teórico-metodológicas, ampliando e problematizando o escopo interpretativo. Tarefa interminável a da docência, sempre se fazendo nos encontros, tempos e contratempos, não se conclui jamais, sendo que muitas vezes o deslocamento é necessário e constitutivo de nossos lugares. Compartilho, nesse relato de experiência, a minha prática, que se insere nesse caminhar, a se (re)fazer.

Essa construção compartilhada, que se dá de maneira gradativa, sujeita a idas e vindas, avanços e retrocessos, e que pretende ultrapassar a dimensão descritiva em seus processos de efetivação no fazer da sala de aula, pressupõe um lugar e postura que também, e talvez sobretudo, seja de escuta, visando proporcionar atividades que possibilitem atitudes reflexivas por parte do estudante, mas onde “o professor também precisa vivenciar possibilidades de integrar o ‘novo’ aos seus esquemas de conhecimento” (CORRÊA et al, 2011, p.70). Aqui, não se trata de classificar e rotular, mas de pôr em movimento engrenagens e conhecimentos, às vezes postos de lado, às vezes “resgatados” e ressignificados.

Os desafios, contudo, são vários, e estão para além do cotidiano escolar. A implementação gradativa da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nos sistemas estaduais, configura uma ameaça à formação integral e ao que ela propõe:

pensamento crítico e reflexivo. No mesmo contexto, os novos livros didáticos que chegaram à rede federal, condizentes à BNCC, e cujo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), são também um ataque a uma educação voltada à formação de sujeitos críticos e reflexivos. A rede federal, à qual me vinculo, ainda se mantém no percurso da educação integral, mas não sabemos por quanto tempo, já que este é um campo em disputa no conjunto das posições relacionais do espaço social (MICHETTI, 2020).

Que os encontros para o compartilhamento de experiências nas práticas docentes sejam também tempos e momentos para a construção de saberes diversos, de projetos de lutas, e de afetos.

5. Referências bibliográficas

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, MEC/SEF, 1997.

CIMI. Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf> Acesso em: 25 agosto 2022.

CORRÊA, Adriana K. et. al. Metodologia problematizadora e suas implicações para a atuação docente. Educação em Revista. Belo Horizonte, v. 27, n.3, p.61-78, 2011.

FERRETTI, Sérgio E. Sincretismo religioso e resistência afro-cultural. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 4, n.8, p. 182-198, jun.1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/QWFNFZz6HMycJzMPJ5j8sgC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 22 ago. 2022.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MICHETTI, Miqueli. Entre a legitimação e a crítica: as disputas em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 102, 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.